



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, RAZÕES,
CONSEQUÊNCIAS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA VIOLÊNCIA, MORTE E
DESAPARECIMENTO DE JOVENS NEGROS E POBRES NO BRASIL

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento, por mais 60 (sessenta) dias, da CPI destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o § 2º do art. 5º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro que seja prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

O objeto de investigação desta CPI é bastante abrangente, tendo em vista que aponta para a necessidade de se estabelecer processo permanente para apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

A CPI já realizou várias audiências públicas nesta Casa, como também diligências e audiências públicas nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Alagoas, oportunidades onde se discutiu propostas para assegurar a proteção integral aos jovens



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, RAZÕES, CONSEQUÊNCIAS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA VIOLÊNCIA, MORTE E DESAPARECIMENTO DE JOVENS NEGROS E POBRES NO BRASIL

negros e pobres brasileiros. Devemos, ainda, visitar os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, São Paulo, Pará e Rondônia, onde foram constatados diversos episódios de violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres.

Convém registrar que o prazo inicial para conclusão dos trabalhos da presente CPI é de 120 (cento e vinte) dias, cujo término dar-se-á em 26.07.2015.

Todos os esforços deste Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, da Relatora, Deputada Rosângela Gomes, e dos demais integrantes do colegiado, sem abrir-se mão do rigor e da celeridade das ações pertinentes à investigação, no entanto, não se revelaram suficientes para o cumprimento das metas pretendidas, caracterizando-se, inapelavelmente, a necessidade de mais tempo para o bom termo das investigações.

Desta feita, o prazo regimental não se consubstanciará suficiente para as ações necessárias ao bom termo dos trabalhos.

Diante de todo o relatado e com o apoio dos demais membros desta Comissão, solicitamos a Vossa Excelência que, em consonância com o supracitado art. 35, § 3º do Regimento Interno, e no § 2º, art. 5º da Lei 1.579/52, seja submetido ao Plenário da Câmara dos Deputados o pedido de prorrogação do prazo de funcionamento desta CPI, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do término efetivo dos trabalhos, dia 26 de julho de 2015.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado Reginaldo Lopes
Presidente

Deputada Rosângela Gomes
Relatora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, RAZÕES,
CONSEQUÊNCIAS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA VIOLÊNCIA, MORTE E
DESAPARECIMENTO DE JOVENS NEGROS E POBRES NO BRASIL

APOIAMENTO

NOME DO PARLAMENTAR

ASSINATURA

[illegible]
